

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 241/03/2017 - PROCESSO Nº 27307/2017 - CÓDIGO DO PORTAL Nº 5904

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 26/07/2017.

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU, da cidade de EMBU DAS ARTES, no uso das atribuições e competências conferidas por meio da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, HOMOLOGA o Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico, no componente curricular Eletrônica Industrial de Potência I.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU – EMBU DAS ARTES AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 1.84-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41.

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 241/03/2017 - PROCESSO Nº 27307/2017 - CÓDIGO DO PORTAL Nº 5903

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 26/07/2017.

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU, da cidade de EMBU DAS ARTES, no uso das atribuições e competências conferidas por meio da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, HOMOLOGA o Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico, no componente curricular Contabilidade do Agronegócio.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU – EMBU DAS ARTES AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 1.84-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41.

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 241/03/2017 - PROCESSO Nº 27307/2017 - CÓDIGO DO PORTAL Nº 5906

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 26/07/2017.

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU, da cidade de EMBU DAS ARTES, no uso das atribuições e competências conferidas por meio da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, HOMOLOGA o Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico, no componente curricular Cálculos Financeiros.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU – EMBU DAS ARTES AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 1.84-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41.

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 241/03/2017 - PROCESSO Nº 27307/2017 - CÓDIGO DO PORTAL Nº 5901

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 26/07/2017.

O Diretor da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE EMBU, da cidade de EMBU DAS ARTES, no uso das atribuições e competências conferidas por meio da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, HOMOLOGA o Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico, no componente curricular Aplicativos Informáticos (para a Habilitação Eletroeletrônica).

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES – SÃO PAULO CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 1805/2017 - PROCESSO Nº 2282/2017.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 1.84-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41. EDITAL DE RESULTADO DA PROVA ESCRITA E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS.

A Comissão Especial de Concurso Público da ETEC de Artes, comunica aos candidatos abaixo relacionados o resultado da Prova Escrita, e convoca os candidatos classificados, nos termos do item 3 do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições, para a Prova de Métodos Pedagógicos, a ser realizada na ETEC de Artes, sala na Avenida Cruzeiro do Sul, 2630 - Santana, São Paulo.

Os candidatos convocados atenderão, quando for o caso, o item 7, e obrigatoriamente o item 9, ambos do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

– COMPONENTE CURRICULAR: História das Artes Cênicas Brasileiras I.

CANDIDATO(S) NÃO CLASSIFICADO(S): Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/D.I. – Tipo/CPF/Nota/Horário:

- 01/ Nina Nussenzweig Hottinsky/ 46.724.401-7 – RG/ 381.879.758-73/ 76,00/ 09H00;
- 08/ Vanessa Cristina Petroncini/ 44.812.897-4 – RG/ 368.956.058-00/ 68,00/ 09H00;
- 07/ Amanda Santana Silva/ 66.429.611-3 – RG/ 315.271.108-50/ 68,00/ 09H00;
- 24/ Artur Mattar Moraes/ 35.263.469-X – RG/ 415.303.918-73/ 68,00/ 09H00;
- 09/ Elzer Sereni Ildelfonso/ 43.453.337-3 – RG/ 329.515.278-01/ 64,00/ 09H00;
- 12/ Maria Silveira do Nascimento/ 27.604.928-7 – RG/ 166.886.148-09/ 64,00/ 09H00.

DATA: 03/08/2017.

– RELAÇÃO DOS 3 (TRÊS) TEMAS PARA A PROVA (segundo o Anexo II do Edital de Abertura de Inscrições):

- 1. Surgimento das artes cênicas no Brasil.
- 2. Estética do Teatro de Revista.

3. Teatro do Oprimido e Contextualização Sociopolítica.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 30 minutos.

CANDIDATO(S) NÃO CLASSIFICADO(S): Nº de Inscrição/D.I. – Tipo/CPF/Nota:

- 02/ 42.677.629-X / 374.953.858-12/ 48,00;
- 03/ 16.680.186-0 / 300.313.008-04/ 60,00;
- 04/ 42.535.735-1 / 369.724.338-19/ 48,00;
- 06/ 33.516.789-5 / 289.640.418-01/ 52,00;
- 10/ 29.188.675-9 / 247.161.726-05/ 40,00;
- 13/ 33.982.755-5 / 354.054.698-74/ 60,00;
- 16/ 44.094.762-5 / 362.852.258-77/ 52,00;
- 17/ 48.317.972-3 / 229.370.638-96/ 56,00;
- 18/ 43.596.672-8 / 229.923.278-83/ 32,00;
- 19/ 31.209.091-34 / 410.359.168-43/ 52,00;
- 20/ 13.597.281 / 063.671.998-70/ 48,00;
- 21/ 42.139.955-2 / 325.614.788-74/ 60,00;
- 22/ 36.070.919-9 / 410.358.978-73/ 52,00;
- 25/ 47.071.641-1 / 405.963.058-69/ 56,00;
- 28/ 44.950.594-7 / 384.058.348-93/ 32,00.

CANDIDATO(S) AUSENTE(S): Nº de Inscrição/D.I. – Tipo/CPF: 05/

- 1.348.321-8 / 939.884.514-36; 2/ 34.143.812-1 / 367.736.888-09.

Conforme Ato do Diretor de Escola Técnica designando a Banca Examinadora divulgado em 24/07/2017, a Banca Examinadora responsável pela Prova de Métodos Pedagógicos será composta pelas seguintes membros:

TITULARES:

- 1. Tiago Kallenbacher de Oliveira Patricio, RG.: 29.048.143-0, Coordenador de Curso, presidente;
- 2. João Lourenço de Paula e Silva, RG.: 33.222.017-1, Coordenador Pedagógico;
- 3. Júnia Cesar Pedrosa, RG.: 25.334.922-9, professor "Referência 3 - Grau D", especialista.

SUPLENTES:

- 1. Paulo Cesar da Silveira, RG.: 8.194.369, professor "Referência 1 - Grau B".
- 2. Elaine Cristina Galdino da Silva, RG.: 28.279.134-6, pro-fessora "Referência 2 - Grau B".

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTES – SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 1802/2017 - PROCESSO Nº 2284/2017.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 1.84-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41.

EDITAL DE RESULTADO DA PROVA ESCRITA E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE MÉTODOS PEDAGÓGICOS.

A Comissão Especial de Concurso Público da ETEC de Artes, comunica aos candidatos abaixo relacionados o resultado da Prova Escrita, e convoca os candidatos classificados, nos termos do item 3 do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições, para a Prova de Métodos Pedagógicos, a ser realizada na ETEC de Artes, sala na Avenida Cruzeiro do Sul, 2630, Prédio II – Bairro Santana, em São Paulo – SP.

Os candidatos convocados atenderão, quando for o caso, o item 7, e obrigatoriamente o item 9, ambos do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

– COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICAS TEATRAIS III: MONTAGEM DE ESPÊTACULOS.

CANDIDATO(S) NÃO CLASSIFICADO(S): Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/D.I. – Tipo/CPF/Nota/Horário:

- 02/ Nina Nussenzweig Hottinsky/ 46.724.401-7 – RG/ 381.879.758-73/ 88,00/ 14h;
- 09/ Mariana Augusto Pereira de Souza/ 24.517.337-7 – RG/ 325.333.208-03/ 88,00/ 14h;
- 20/ Pamela Regina Pereira da Silva Gentile/ 43.614.028-7 – RG/ 359.705.748-99/ 88,00/ 14h;
- 23/ Lucas da Silva Manzano/ 14.285.803-7 – RG/ 392.235.758-00/ 88,00/ 14h;
- 25/ Ana Paula Pavanello Sultani/ 28.726.703-9 – RG/ 257.143.868-92/ 88,00/ 14h;
- 43/ Mariana Silveira do Nascimento/ 27.604.928-7 – RG/ 166.886.148-09/ 88,00/ 14h.

DATA: 04/08/2017.

– RELAÇÃO DOS 3 (TRÊS) TEMAS PARA A PROVA (segundo o Anexo II do Edital de Abertura de Inscrições):

- 1. Metodologia do processo colaborativo.
- 2. Metodologia de montagem para teatro de rua.

3. Plano de montagem (método a granel).

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 30 minutos.

CANDIDATO(S) NÃO CLASSIFICADO(S): Nº de Inscrição/D.I. – Tipo/CPF/Nota:

- 01/ 40.755.692-8 / 350.805.568-03/ 76,00;
- 03/ 43.596.672-8 / 229.923.278-83/ 72,00;
- 04/ 23.067.229-2 / 262.055.468-30/ 56,00;
- 05/ 44.452.205-0 / 384.120.098-27/ 16,00;
- 06/ 33.863.761-8 / 296.861.798-28/ 60,00;
- 07/ 52.914.207-7 / 010.107.100-01/ 76,00;
- 08/ 12.850.421-82 / 062.451.645-83/ 68,00;
- 10/ 44.197.566-5 / 369.716.888-09/ 68,00;
- 13/ 33.369.044-4 / 365.848.828-02/ 68,00;
- 14/ 42.677.629-X / 374.953.858-12/ 60,00;
- 15/ 43.615.162-3 / 410.163.028-96/ 60,00;
- 16/ 35.259.031-2 / 370.536.238-07/ 60,00;
- 17/ 27.527.654-5 / 175.934.588-14/ 44,00;
- 18/ 22.476.989-3 / 162.973.628-74/ 60,00;
- 19/ 34.143.812-1 / 367.736.888-09/ 60,00;
- 21/ 48.317.972-3 / 229.370.638-96/ 80,00;
- 22/ 33.221.490-1 / 217.720.328-75/ 72,00;
- 24/ 24.554.375-4 / 368.162.028-96/ 52,00;
- 27/ 13.483.218 / 939.884.514-36/ 80,00;
- 28/ 46.239.611-3 / 315.271.108-50/ 68,00;
- 29/ 17.850.684-9 / 078.032.688-11/ 76,00;
- 30/ 8.733.071-4 / 085.312.748-42/ 56,00;
- 31/ 33.361.863-4 / 316.502.928-80/ 64,00;
- 32/ 43.453.337-3 / 329.515.278-02/ 60,00;
- 33/ 1.481.038-4 / 150.114.468-49/ 76,00;
- 34/ 33.529.115-6 / 313.774.958-17/ 80,00;
- 35/ 29.188.675-9 / 247.161.726-05/ 68,00;
- 36/ 40.317.472-7 / 350.381.068-46/ 64,00;
- 37/ 12.345.914-X / 056.382.238-43/ 60,00;
- 38/ 24.149.579-9 / 117.820.298-42/ 76,00;
- 39/ 14.241.960-8 / 089.400.358-99/ 84,00;
- 40/ 33.661.235-6 / 288.335.356-75/ 60,00;
- 45/ 6.318.168 / 009.158.028-96/ 68,00;
- 46/ 35.241.908-8 / 351.399.998-46/ 76,00;
- 47/ 27.286.864-4 / 273.793.008-14/ 64,00.

CANDIDATO(S) AUSENTE(S): Nº de Inscrição/D.I. – Tipo/CPF/Nota:

- 11/ 36.548.041-1 – RG/ 806.473.593-91; 12/ 18.822.194-4 – RG/ 118.811.628-35; 19/ 29.188.675-9 – RG/ 247.161.726-05; 41/ 46.018.285-7 – RG/ 081.360.374-83; 42/ 001.808.213 – RG/ 064.100.474-06.

Conforme Ato do Diretor de Escola Técnica designando a Banca Examinadora divulgado em 24/07/2017, a Banca Examinadora responsável pela Prova de Métodos Pedagógicos será composta pelas seguintes membros:

TITULARES:

- 1. Tiago Kallenbacher de Oliveira Patricio, RG.: 29.048.143-0, Coordenador de Curso Técnico, presidente;
- 2. Júnia Cesar Pedrosa, RG.: 25.334.922-9, professor "Referência 3 - Grau D", especialista;
- 3. João Lourenço de Paula e Silva, RG.: 33.222.017-1, Coordenador Pedagógico responsável pela Coordenação Pedagógica.

SUPLENTES:

- 1. Elaine Cristina Galdino da Silva, RG.: 28.279.134-6, pro-fessora "Referência 2 - Grau B".
- 2. Paulo Cesar da Silveira, RG.: 8.194.369, professor "Referência 1 - Grau B".

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ARMANDO JOSE FARINAZZO – FERNANDOPOOLS

CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 13806/2017 - PROCESSO Nº 1380/2017.

AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 7.184-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PUBLICADO NO DOE DE 26/07/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 130.

ONDE SE LÊ:

Edital de Convocação nº 01

– COMPONENTE CURRICULAR – QUANTIDADE DE EMPREGO PÚBLICO

PERMANENTE PREVISTA/TOTAL DE AULAS LIVRES

REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

II(Informática para Internet) - 1 - 2,5

GRADUADO

NOME/ RG/ CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

07/ DOUGLAS PASSERINI FERREIRA / 41.363.584-3 / 351.016.828-01 / 1º

PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 26/07/2017 À 28/07/2017 E 31/07/2017

HORÁRIO: 08H00

LEIA-SE: Edital de Convocação nº 01

– COMPONENTE CURRICULAR – QUANTIDADE DE EMPREGO PÚBLICO

PERMANENTE PREVISTA/TOTAL DE AULAS LIVRES

REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

II(Informática para Internet) - 1 - 2,5

LICENCIADO

NOME/ RG/ CPF/ CLASSIFICAÇÃO FINAL

09/Rodrigo Martimelli Shibata/27.651.097-5/ RG/213.680.988-19/1º

PERÍODO PARA COMPARECIMENTO: 27/07/2017 À 28/07/2017 E 31/07/2017 À 01/08/2017

HORÁRIO: 08H00

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, Nº 26/2017/2017 - PROCESSO CEETEPS Nº 3332/2017.

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOARES - CEETEPS, a vista das disposições do Decreto nº 60.449, de 16/05/2010, publicado no DOE de 28/01/2015, HOMOLOGA o Concurso Público da ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL BARTOLOMEU BUENO DA SILVA - ANHANGUERA, da cidade de SANTANA DE PARNABA, designada conforme Portaria do Diretor da Unidade de Ensino Nº 012/2017, nos termos da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, HOMOLOGA o Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico, no componente curricular discriminado no Capítulo II deste Edital.

Os candidatos convocados atenderão, quando for o caso, o item 7, e obrigatoriamente o item 9, ambos do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

– COMPONENTE CURRICULAR: PRÁTICAS TEATRAIS III: MONTAGEM DE ESPÊTACULOS.

CANDIDATO(S) NÃO CLASSIFICADO(S): Nº de Inscrição/Nome ou Nome Social/D.I. – Tipo/CPF/Nota/Horário:

- 02/ Nina Nussenzweig Hottinsky/ 46.724.401-7 – RG/ 381.879.758-73/ 88,00/ 14h;
- 09/ Mariana Augusto Pereira de Souza/ 24.517.337-7 – RG/ 325.333.208-03/ 88,00/ 14h;
- 20/ Pamela Regina Pereira da Silva Gentile/ 43.614.028-7 – RG/ 359.705.748-99/ 88,00/ 14h;
- 23/ Lucas da Silva Manzano/ 14.285.803-7 – RG/ 392.235.758-00/ 88,00/ 14h;
- 25/ Ana Paula Pavanello Sultani/ 28.726.703-9 – RG/ 257.143.868-92/ 88,00/ 14h;
- 43/ Mariana Silveira do Nascimento/ 27.604.928-7 – RG/ 166.886.148-09/ 88,00/ 14h.

DATA: 04/08/2017.

– RELAÇÃO DOS 3 (TRÊS) TEMAS PARA A PROVA (segundo o Anexo II do Edital de Abertura de Inscrições):

- 1. Metodologia do processo colaborativo.
- 2. Metodologia de montagem para teatro de rua.

3. Plano de montagem (método a granel).

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 30 minutos.

CANDIDATO(S) NÃO CLASSIFICADO(S): Nº de Inscrição/D.I. – Tipo/CPF/Nota:

- 01/ 40.755.692-8 / 350.805.568-03/ 76,00;
- 03/ 43.596.672-8 / 229.923.278-83/ 72,00;
- 04/ 23.067.229-2 / 262.055.468-30/ 56,00;
- 05/ 44.452.205-0 / 384.120.098-27/ 16,00;
- 06/ 33.863.761-8 / 296.861.798-28/ 60,00;
- 07/ 52.914.207-7 / 010.107.100-01/ 76,00;
- 08/ 12.850.421-82 / 062.451.645-83/ 68,00;
- 10/ 44.197.566-5 / 369.716.888-09/ 68,00;
- 13/ 33.369.044-4 / 365.848.828-02/ 68,00;
- 14/ 42.677.629-X / 374.953.858-12/ 60,00;
- 15/ 43.615.162-3 / 410.163.028-96/ 60,00;
- 16/ 35.259.031-2 / 370.536.238-07/ 60,00;
- 17/ 27.527.654-5 / 175.934.588-14/ 44,00;
- 18/ 22.476.989-3 / 162.973.628-74/ 60,00;
- 19/ 34.143.812-1 / 367.736.888-09/ 60,00;
- 21/ 48.317.972-3 / 229.370.638-96/ 80,00;
- 22/ 33.221.490-1 / 217.720.328-75/ 72,00;
- 24/ 24.554.375-4 / 368.162.028-96/ 52,00;
- 27/ 13.483.218 / 939.884.514-36/ 80,00;
- 28/ 46.239.611-3 / 315.271.108-50/ 68,00;
- 29/ 17.850.684-9 / 078.032.688-11/ 76,00;
- 30/ 8.733.071-4 / 085.312.748-42/ 56,00;
- 31/ 33.361.863-4 / 316.502.928-80/ 64,00;
- 32/ 43.453.337-3 / 329.515.278-02/ 60,00;
- 33/ 1.481.038-4 / 150.114.468-49/ 76,00;
- 34/ 33.529.115-6 / 313.774.958-17/ 80,00;
- 35/ 29.188.675-9 / 247.161.726-05/ 68,00;
- 36/ 40.317.472-7 / 350.381.068-46/ 64,00;
- 37/ 12.345.914-X / 056.382.238-43/ 60,00;
- 38/ 24.149.579-9 / 117.820.298-42/ 76,00;
- 39/ 14.241.960-8 / 089.400.358-99/ 84,00;
- 40/ 33.661.235-6 / 288.335.356-75/ 60,00;
- 45/ 6.318.168 / 009.158.028-96/ 68,00;
- 46/ 35.241.908-8 / 351.399.998-46

2.1.1. não registrar na ficha de inscrição a titulação;
 2.1.2. não apor a assinatura na ficha de inscrição;
 2.1.3. quando as cópias dos documentos juntados não estiverem em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação com clareza.

**CAPÍTULO VII
 DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

1. Nos termos da Lei 12.782, de 20/12/2007, poderá o candidato solicitar a redução de 50% (cinquenta por cento) da taxa estipulada, devendo atender, cumulativamente, os requisitos a seguir:
 1.1. Seja estudante, assim considerado o que se encontrar regularmente matriculado em:
 1.1.1. curso pré-vestibular;
 1.1.2. curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação;
 1.2. Perceba remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou esteja desempregado.

1.3. No ato da solicitação da redução do pagamento da taxa estipulada para inscrição, além de requerer, por escrito, utilizando o modelo de requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- 1.3.1. Quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:
 - a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;
 - b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;
- 1.3.2. Quanto às circunstâncias previstas no item 1.2 de comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

2. Nos termos da Lei Estadual 12.147, de 12/12/2005, poderá o candidato solicitar isenção total da taxa estipulada, devendo para tanto apresentar no mínimo 3(três) documentos expedidos somente por órgão oficial ou por entidade coleitora credenciada pela UNIÃO, ESTADO ou MUNICÍPIO que comprove a doação de sangue do candidato no período de 12(doze) meses anteriores a inscrição.

2.1. O documento de comprovação da qualidade de doador de sangue deverá ser juntado no ato da solicitação da isenção do pagamento da taxa estipulada para inscrição, bem como o candidato deverá requerer o benefício por escrito, utilizando o modelo de requerimento que constitui o ANEXO V do presente Edital.

3. Candidatos interessados em requerer a inscrição nos termos dos itens 1 ou 2 deste Capítulo devem protocolar a solicitação na Unidade de Ensino, sendo reservado os 3(três) primeiros dias úteis de inscrição, para tal fim.

4. A Comissão Especial de Concurso Público analisará os pedidos entregues em tempo hábil, manifestando-se quanto ao deferimento ou indeferimento, e providenciara a divulgação da relação dos pedidos deferidos e indeferidos no 5º(quinco) dia útil a contar do início das inscrições, permanecendo a mencionada relação afixada nas dependências da Unidade de Ensino até o último dia de recebimento das inscrições.

4.1. Indeferido o pedido de isenção, caberá recurso da decisão na forma e no prazo estabelecido no Capítulo XIII do presente Edital, devendo o mesmo ser dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Concurso Público, e apresentado desde que o candidato ofereça elementos novos para tal finalidade.

5. Será eliminado do Concurso Público o candidato que, não atendendo à época de inscrição, aos requisitos previstos nos itens 1 e 2, tenha obtido, com emprego de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, a redução tratada neste Capítulo.

6. A eliminação de que trata o item 5, importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

7. No caso da solicitação de redução ou isenção ser deferida, o candidato deverá efetivar a inscrição até a data de término das inscrições, de acordo com as disposições do Capítulo V deste Edital, e considerando-se, para tanto, a redução ou isenção concedida.

8. No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral correspondente, de acordo com as disposições do Capítulo V deste Edital.

9. O candidato que realizar a inscrição com pagamento de taxa reduzida em desacordo com o determinado neste Capítulo terá o pedido de inscrição invalidado.

**CAPÍTULO VIII
 DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS
 CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

1. Aos candidatos com deficiência, que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual nº 683, de 18/09/1992, com as alterações previstas na Lei Complementar Estadual nº 932, de 08/11/2002, e Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico.

2. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas - ONU, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09/07/2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25/08/2009.

3. O candidato declara ser pessoa com deficiência, indicando na ficha de inscrição em campo específico e providenciara até o término da inscrição os documentos a seguir especificados:

3.1. Laudo médico original ou cópia autenticada legível, com validade de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência for permanente ou de longa duração, ou de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição no Concurso quando a deficiência não for permanente ou de longa duração, atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência ao Código Internacional de Doença - CID 10, contendo a assinatura e o carimbo do CRM do médico responsável por sua emissão.

3.2. Anexar ao Laudo Médico as informações como: nome completo, número de registro geral (RG) da Carteira de Identidade, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a identificação do Concurso a ser pleiteado.

4. De acordo com a deficiência, o candidato indicará, mediante requerimento que constitui o ANEXO VI do presente Edital, as áreas técnicas e condições específicas necessárias para a realização das provas, conforme a seguir especificado:

4.1. Ao candidato com deficiência visual que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, solicitará a confecção de prova em Braille, ou Ampliada, ou a leitura de sua prova por um fiscal ou a utilização de computador com software de leitura de tela ou ampliação de tela, especificando o tipo de deficiência.

4.1.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como leitor, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor.

4.1.2. Os candidatos com deficiências visuais que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas em Braille e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no

dia de aplicação das provas, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.

4.1.3. Os candidatos com deficiência visual (antílopes) que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas nesse sistema, para tanto o candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18 e 24 e 28. Não havendo indicação a prova será confeccionada em fonte 24.

4.1.4. Os deficientes visuais (cegos ou baixa visão), que solicitarem prova especial por meio de utilização de software, deverão indicar software gratuito.

4.2. Ao candidato com deficiência auditiva que necessitar do atendimento de Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais ou a utilização de aparelho acústico (sob suas condições) que será inspecionado, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá encaminhar solicitação formal:

4.2.1. Ao candidato com deficiência que necessitar de fiscal designado para auxiliá-lo na realização da prova, como intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, poderá encaminhar solicitação para que a prova seja gravada, a fim de apurar, em grau de possível recurso, eventual falha do servidor.

4.3. Ao candidato com deficiência física, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada no subitem 3.1. do item 3, deverá solicitar mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova escrita e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência;

4.4. O laudo médico a que se refere o subitem 3.1. do item 3, deverá estabelecer também em função da deficiência, quanto tempo adicional necessitará o candidato para a realização das provas previstas no certame.

5. Os candidatos que não atenderem ao disposto nos subitens 3.1. e 3.2 do item 3, serão considerados pessoas sem deficiência. Nessas condições, mesmo que necessitarem dos recursos e condições específicas para a realização da prova, expostos nos subitens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 do item 4, não terão o atendimento especial, provas diferenciadas e tempo adicional, seja qual for o motivo alegado.

6. E de responsabilidade do candidato com deficiência observar a exigência dos requisitos contidos neste Edital de abertura de inscrições e declarar-se ciente das condições esta-belecidas no certame.

7. O não atendimento ao disposto no item 3 ou cuja deficiência não seja constatada, será eliminado da lista especial, con-sando assim apenas da lista de classificação geral de habilitados.

8. Os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

9. Não ocorrendo inscrição no concurso ou aprovação de candidatos com deficiência, as vagas reservadas ficarão liberadas, em observância ao disposto no §2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, e serão preenchidas pelos demais candidatos. Será elaborada somente uma lista de classificação geral, prosseguindo o concurso nos seus ulteriores termos.

10. A Comissão Especial de Concurso Público providenciara para que as provas do Concurso sejam realizadas em locais acessíveis aos candidatos com deficiência.

11. O candidato com deficiência deverá declarar, quando da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência.

12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Edital não poderá apre-sentar recurso em favor de sua condição.

13. Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições do emprego público postulado, o candidato será eliminado do certame.

14. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão da aposentadoria por invalidez.

15. O atendimento às condições especiais pleiteadas para a realização da prova ficará sujeito à análise da razoabilidade do solicitado.

16. Quando o número de candidato com deficiência for insuficiente para preencher as vagas reservadas, as que restarem serão revertidas para os demais candidatos.

17. As vagas reservadas ficarão liberadas, se não ocorrer inscrição ou aprovação de candidato com deficiência.

**CAPÍTULO IX
 DA BANCA EXAMINADORA**

1. A Banca Examinadora será designada por ato do Diretor da ETEC, composta obrigatoriamente por 03 (três) membros, contendo pelo menos um especialista na área de ensino do componente.

2. A designação dos membros da Banca Examinadora levará em consideração os princípios de moralidade e de imparcialidade em relação aos candidatos inscritos. A inobservância desses princípios acarretará a anulação do certame.

2.1. Com a finalidade de atender o disposto neste Capítulo, o Diretor da Unidade de Ensino, mediante justificativa produzida no processo de concurso, poderá designar a Banca Examinadora com membros de outra Unidade de Ensino ou do CEE/ETES, observando-se as regras estabelecidas no item 1 do presente Capítulo.

**CAPÍTULO X
 DAS PROVAS**

1. O Concurso Público contará, obrigatoriamente, com 3 (três) fases, conforme especificado a seguir:

1. prova objetiva (escrita), de caráter eliminatório e classificatório;
2. prova objetiva de habilidades operacionais ou técnicas (métodos pedagógicos), também de caráter eliminatório e classificatório; e;
3. prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.

2. A prova escrita realizar-se-á na forma de questões, com múltipla escolha.

3. A prova escrita tem por objetivo selecionar os candidatos que tenham obtido, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos do total da pontuação atribuída à prova, até o limite máximo de 5(cinco) candidatos, escolhidos em ordem decrescente de nota, para que possam participar das demais fases.

3.1. Havendo empate na quinta colocação, todos os candidatos que se encontrarem nessa condição participarão das fases subsequentes.

Decreto nº 58.052, de 16/05/2012, que regulamenta a referida Lei no âmbito do estado de São Paulo

4. O programa das provas mencionadas no presente Capítulo II constará do ANEXO VIII deste Edital.
5. A prova de métodos pedagógicos, constituída pela apre-sentação de uma aula, tem por finalidade avaliar o candidato sob o aspecto do conhecimento específico, voltado para a área do componente curricular e sob o aspecto didático-pedagógico da prática docente e mediante os critérios de expressão, linguagem e comunicação; procedimento didático e conteúdo.
6. A aula será ministrada pelo candidato perante a Banca Examinadora, cujo tema será sorteado antes do seu início.

7. A prova de títulos é de caráter exclusivamente classificatório. Os títulos deverão ser anexados por cópia a Curriculum Vitae simplificado, no qual figure basicamente, os Dados Pessoais, a Formação Acadêmica de Nível Superior e Pós Superior, bem como a Experiência Profissional na Área da Docência.

7.1. Considerar-se-á para a prova de títulos, os cursos de especialização (latu sensu), pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado, concluídos até o término do período de inscrição, desde que:

- 7.1.1. Vinculado ao componente curricular em concurso quando integrar a base nacional comum do ensino médio, ou
- 7.1.2. Relacionado à área do componente curricular em concurso, quando integrar a parte diversificada do ensino médio ou a educação profissional técnica de nível médio.

7.2. Não é considerado para a prova de títulos o curso de Especialização (latu sensu), mestrado e doutorado, quando incluído no requisito para inscrição no componente curricular, descrito no Capítulo II do presente Edital.

7.3. Serão avaliados somente os títulos do candidato aprovado na prova de métodos pedagógicos.

7.4. Comprovar-se-á o título por intermédio de uma das cópias de um dos documentos a seguir mencionados, desde que expedido por instituição reconhecida:

7.4.1. Diploma registrado ou certificado/certificado de conclusão para cursos de pós graduação em nível de Doutorado ou de Mestrado, desde que reconhecido/recomendado, nos termos da legislação vigente;

7.4.2. Certidão/certificado de conclusão para o curso de especialização (latu sensu), realizado em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Educação.

7.4.3. Não será considerada cópia de documento que não atender ao previsto nos subitens 7.4.1. e 7.4.2. do item 7.4, do presente Capítulo.

8. O candidato entregará a cópia do(s) título(s) na data prevista para a prova de métodos pedagógicos.

8.1. o candidato que não apresentar a cópia do(s) título(s) será classificado apenas com os pontos obtidos nas provas escrita e de métodos pedagógicos, desde que satisfaça a con-dição de aprovado.

8.2. Não será aceita, sob qualquer pretexto, a entrega da cópia do(s) título(s) fora do dia, do horário e do local previsto pela Comissão Especial de Concurso Público da Unidade de Ensino.

8.3. Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras deverão estar revalidados por universidades públicas, nos termos do artigo 48, § 2º e § 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, caso contrário não serão considerados para efeito de pontuação.

9. O candidato deverá comparecer ao local designado para a aplicação das provas mencionadas no presente Capítulo, preferencialmente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de protocolo de inscrição e do original de um documento de identidade, de acordo com o relacionado no Capítulo V, deste Edital.

9.1. Não será admitido na sala ou no local da prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para seu início.

9.2. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

10. A duração das provas constará do Edital de convocação.

11. O candidato poderá retirar-se, definitivamente, da sala destinada a prova escrita, decorrido 30 minutos horas de seu início.

12. Durante a realização da prova escrita não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização de máquinas calculadoras ou equipamentos eletrônicos.

13. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem acompanhamento de um fiscal.

14. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, em nenhuma das fases, nem aplicação da prova fora do local, data e horário preestabelecido.

15. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização das provas como justificativa de sua ausência.

16. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

17. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- 17.1. perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento inadequado;
- 17.2. agir com incorreção ou descortesia para qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova, Direção da Unidade de Ensino, autoridade presente ou a outro candidato;
- 17.3. durante a realização das provas for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada.
18. O candidato com deficiência participará do concurso juntamente com os demais candidatos, em igualdade de condições, no que diz respeito ao conteúdo e avaliação das provas.
19. Publicar-se-á no DOE e nas dependências da ETEC, os editais de deferimento e indeferimento de inscrição e convocação para a prova escrita, de resultado da prova escrita e convocação para prova de métodos pedagógicos, e de resultado da prova de métodos pedagógicos, prova de títulos e classificação final.

**CAPÍTULO XI
 DO JULGAMENTO DAS PROVAS**

1. A prova escrita tem caráter eliminatório e classificatório, sendo considerada sua pontuação para a composição da nota final, desde que o candidato seja considerado aprovado nas provas escrita e de métodos pedagógicos.

2. As avaliações das provas escrita e de métodos pedagógicos obedecem à escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

2.1. Os critérios para avaliação da prova de métodos pedagógicos são pontuados na seguinte conformidade:

2.1.1. CONTEÚDO – domínio, ordem de exposição (gra-duação e sequência), objetividade no tratamento do assunto (clareza, concisão, síntese), adequação ao tema (centro da aula) emprego correto de conceitos, relações: de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos;

2.1.2. PLANEJAMENTO – introdução do assunto, verbalização dos objetivos da aula, preparação da aula (apresentação do plano de aula, material didático selecionado pelo candidato e outros índices concretos): de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos;

2.1.3. PROCEDIMENTO DIDÁTICO – uso adequado de recursos didáticos disponíveis (por exemplo: audiovisual, material-riego, quadro negro, etc), adequação do conteúdo ao nível do tema proposto e ao nível dos alunos, interação aluno-professor (motivação, diálogos, etc), preocupação com o tempo, indicação dos instrumentos de avaliação: de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos;

2.1.4. EXPRESSÃO – contato visual e apresentação pessoal do candidato, expressões faciais e corporais (incluindo postura), postura e movimentação no espaço da sala, emissão de voz (tombe de voz, ritmo, dicção): de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

2.1.5. LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO – naturalidade, fluência verbal, correção gramatical, clareza, legibilidade da escrita, exemplificação: de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

2.2. Os planos de aula deverão ser preparados em 03(três) vias, sendo que o plano de aula referente ao tema sorteado, nos termos do item 6 do Capítulo X do presente Edital, será entregue para cada membro da Banca Examinadora.

3. A nota da prova de métodos pedagógicos é a média das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

3.1. Obedecido aos critérios de avaliação considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova de métodos pedagógicos, e conse-

- quentemente, aprovado o candidato que obter nota inferior a 50 (cinquenta) pontos na prova correspondente.
- 3.2. Atribuir-se-á nota 0 (zero) ao candidato que recusar a ministrar aula didática perante a Banca Examinadora.
4. A prova de títulos será pontuada de 0 (zero) até 30 (trinta) pontos, uma única vez por curso, conforme a seguir especificado:
- 4.1. Especialização (lato sensu): 5 (cinco) pontos;
 - 4.2. Mestrado: 10 (dez) pontos; e
 - 4.3. Doutorado: 15 (quinze) pontos.
5. A nota final do candidato será aquela que resultar da média aritmética simples das notas das provas escrita (pe) e de métodos pedagógicos (pmp), acrescida da pontuação correspondente a prova de títulos (pt).
- Exemplo:
 $(pe + pmp) / 2 = média$
 média + pt = nota final do candidato
- CAPÍTULO XII**
DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE, CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO
1. Haverá lista onde constará todos os candidatos aprovados e classificados, por titulação "licenciado" e "graduado", de acordo com o estabelecido nos Capítulos II e III deste Edital.
 - 1.1. O candidato "licenciado" sempre terá preferência sobre o "graduado".
 - 1.2. Haverá também lista especial atinente apenas aos candidatos com deficiência, na hipótese de em se aplicando a porcentagem prevista no Capítulo I do presente Edital resultar em vaga.
 - 1.3. A classificação final, publicada em DOE, obedece a ordem decrescente das notas finais.
 1. 3.1. Relacionar-se-á o candidato não aprovado pela ordem crescente do número de inscrição, contendo o número do documento de identidade e a nota obtida na prova de métodos pedagógicos.
- Relacionar-se-á o candidato ausente pela ordem do número crescente de inscrição contendo o número do documento de identidade.
- Em caso de igualdade na pontuação final, aplicar-se-ão, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato, observando-se a data do término das inscrições: com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, nos termos do parágrafo único do artigo 27 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), entre si e frente aos demais, com prioridade ao de maior idade;
- 2.2. que obtiver maior nota na prova de métodos pedagógicos;
 - 2.3. que obtiver maior nota na prova escrita;
 - 2.4. que obtiver maior pontuação da prova de títulos;
 - 2.5. de maior idade;
- que tenha, comprovadamente sido jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689, de 10/08/2008, direito este reconhecido, para quem exerceu a função de jurado, a partir da vigência da lei federal aqui citada, ou seja, 10 de agosto de 2008.
- para que se beneficie deste critério de desempate, o candidato deverá:
- a) informar no ato da inscrição sua condição de ter exercido a função de jurado;
 - b) estar ciente de que no exercício do emprego deverá apresentar prova documental de que exerceu essa função.
- caso o candidato declare no ato de inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato do exercício, será eliminado do concurso.
- Para atender os dispositivos mencionados anteriormente, a Unidade de Ensino se valerá da ficha de inscrição e da cópia do documento de identidade.
- No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação das listas de classificação, os candidatos com deficiência deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.
- A perícia médica será realizada no Órgão Médico Oficial do Estado, por especialistas na área da deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido em um prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o respectivo exame.
- Concluídos os exames a que se referem os itens 3 e 4, o candidato deverá apresentar os respectivos laudos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua expedição.
- Findo o prazo estabelecido no item anterior, serão publicadas no Diário Oficial do Estado as listas de classificação geral e especial, das quais serão excluídos os candidatos portadores de deficiência, considerados inaptos na inspeção médica.
- O candidato, cuja deficiência não for configurada ou deixar de entregar o laudo no prazo estabelecido no item 5, constará apenas na lista de classificação geral. Após a publicação da homologação do concurso em DOE, o Diretor da Unidade de Ensino convocará por meio de Edital divulgado em DOE, o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s) para atribuição de aulas, observado o número de vaga(s) oferecida(s) no certame.
- A convocação, a escolha e atribuição de aulas obedecerão a ordem de classificação final esgotada a prioridade do licenciado sobre o graduado.
- O candidato que não atender à convocação da unidade de origem do certame, recusar as aulas oferecidas, deixar de entregar todas as documentações para formalização da admissão ou deixar de entrar em exercício, terá exaurido todos os direitos decorrentes da sua habilitação no concurso.
- O candidato que por ocasião da convocação aceitar as aulas oferecidas, porém no ato da entrega das documentações para formalização da admissão não comprovar possuir o requisito de titulação descrito no Capítulo III deste Edital, também terá exaurido todos os direitos decorrentes de sua habilitação no Concurso.
- O candidato que declinar totalmente das aulas oferecidas assinará o Termo de Desistência.
- Na ocorrência de aulas livres e/ou em substituição poder-se-á ampliar carga horária, no dia seguinte ao da escolha e atribuição de aulas, respeitada as disposições das normas internas de atribuição de aulas e do Catálogo de Requisitos de Titulação.
- A Portaria de admissão, com publicação em DOE, é providenciada somente após o cumprimento das exigências de documentações previstas neste Edital, as que declarou possuir época da inscrição e ainda, aquelas solicitadas pelo órgão administrativo da Unidade de Ensino, descritas no Manual de Recursos Humanos; e que constitui o ANEXO VIII deste Edital.
- O início do exercício é condicionado à entrega do atestado de Saúde Ocupacional, a emissão da autorização para lecionar ao classificado na titulação "Graduado" e, ainda, a publicação em DOE do Ato Decisório, em caso de encontrar-se em acumulação remunerada, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- Ao candidato aprovado no Concurso que mantenha vínculo empregatício com o CEEETPS, mediante preenchimento do emprego Público permanente de Professor de Ensino Médio e Técnico em uma ETEC, observado o disposto no item 9 do presente Capítulo terá:
- O contrato de trabalho alterado para indeterminado, quando for por tempo determinado.
- Ampliação de carga horária quando for ocupante de emprego Público permanente.
- O candidato admitido assinará contrato de experiência, de 90 (noventa) dias, na forma disposta na CLT.

**CAPÍTULO XIII
DOS RECURSOS**

1. O prazo para interposição dos recursos será de (três) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º (primeiro) dia útil subseqüente à data de ocorrência da publicação de cada uma das fases do Concurso em Diário Oficial do Estado, no horário das das 08 às 17h.
1.1. O recurso interposto pelo candidato deverá ser entregue e protocolado na Unidade de Ensino onde se inscreveu, e na hipótese da ocorrência das situações previstas nos itens 1.1 e 1.2 do item 1 do Capítulo XV do presente Edital, o recurso deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino que assumir a responsabilidade pela continuidade do certame.

- 1.2. O recurso deverá ser entregue em duas vias (original e cópia).
2. O recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido ao Diretor da Unidade de Ensino.
- 2.1. Cada questão ou item deverá ser apresentado em folha separada, com argumentação lógica e consistente.
3. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do concurso, desde que devidamente fundamentado.
4. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitados, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.
5. O recurso interposto pelo candidato só poderá ser aceito se estiver acompanhado do respectivo instrumento de mandato e de cópia reprográfica do documento de identidade do procurador.
6. Não serão aceitos recursos interpostos por via postal, fax, internet, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital, que não contenham os elementos determinados nos itens anteriores ou que estejam fora do prazo estipulado no presente Capítulo.
7. A apreciação do recurso é de competência do Diretor da Unidade de Ensino, cuja decisão é publicada no DOE.
8. O candidato tomará conhecimento do resultado do recurso via DOE.
9. Na hipótese de anulação de questão(ões), o(s) ponto(s) relativo(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos que prestaram a prova correspondente.
10. Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo o Diretor da Unidade de Ensino soberano em suas decisões.
11. Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pelo Diretor da Unidade de Ensino, poderá haver alterações nas publicações das etapas constantes do concurso, antes de sua homologação.
12. Na existência de recursos que inviabilize a realização da prova na data fixada, a nova data deverá ser estabelecida para após a resolução definitiva dos recursos impetrados e, neste caso, caberá a Unidade de Ensino responsável pelo concurso, avisar aos candidatos a nova data fixada para a realização da prova.

**CAPÍTULO XIV
DO APROVEITAMENTO DOS CANDIDATOS REMANESCENTES**

1. O candidato aprovado e não aproveitado inicialmente na Unidade de Ensino de origem do Certame poderá ser aproveitado em outra ETEC do CEETEPS, a critério dos Diretores das Unidades.
1.1. O Edital de convocação será providenciado pela Unidade de Ensino responsável pelo concurso e obedecerá a ordem de classificação.
1.2. O candidato que recusar o emprego público ou não comparecer na data prevista para a manifestação na outra unidade de ensino não perderá o direito à nova convocação na Unidade de Ensino em que foi aprovado.
1.3. O candidato admitido neste termo perderá o direito à vaga na Unidade de Ensino em que foi aprovado, assumindo o ônus decorrente da inscrição.
1.4. O candidato que vier a ser admitido nesta condição, por ter exercido o direito decorrente da habilitação no certame público, não poderá beneficiar-se de uma nova convocação neste certame.

2. Para a adoção dos procedimentos descritos no presente Capítulo a Unidade de Ensino deverá observar sempre as normas internas de atribuição de aulas.
3. Após a divulgação do Edital de abertura de inscrições em DOE, ocorrendo aulas livres no componente curricular ou em componente curricular diferente daquele em que vier a ser admitido, poder-se-á ampliar carga-horária, observadas as normas internas de atribuição de aulas.

**CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1.A inscrição importará ao candidato o pleno conhecimento das disposições do Edital e na aceitação tácita das condições tais como se acham nele estabelecidas.
1.1. Obediência aos princípios básicos que regem a Administração Pública, dentre eles o de moralidade e imparcialidade, poderá a responsabilidade da realização do Concurso Público ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino, devendo necessariamente a execução das provas ocorrer nas instalações da Unidade de Ensino para a qual se destina o Certame.
1.2. Verificada a necessidade da realização do Concurso Público ser atribuída à Direção de outra Unidade de Ensino, os candidatos inscritos deverão ser comunicados de tal situação, mediante ato da Comissão Especial de Concurso Público da ETEC para qual se destina o Certame, a ser divulgado no Diário Oficial do Estado, e nas dependências da Unidade de Ensino.
2. Todas as fases deste Concurso publicadas em Diário Oficial também são divulgadas no Portal de Concurso Público do Estado de São Paulo, cabendo ao candidato acompanhar as publicações.
3. A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à homologação do Concurso, eliminará o candidato, independentemente de qualquer resultado obtido na(s) prova(s), sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.
4. Caberá ao candidato comprovar que o diploma ou certificado seja proveniente de curso reconhecido, credenciado ou recomendado e, quando realizados no exterior, revalidado por Universidade ou Instituição Oficial, credenciada pelo órgão competente.
5. Somente poderá ser admitido o estrangeiro que preencha os requisitos para naturalização, e o estrangeiro de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.
5.1. Em logrando êxito no Certame, o estrangeiro que não cumprir as exigências previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do subitem 2.1.2, do item 2 do Capítulo V, será desclassificado e excluído do mesmo.
6. A Comissão Especial de Concurso Público poderá a qualquer momento solicitar ao candidato a apresentação, esclarecimento ou informações sobre os documentos previstos no Edital.
7. O prazo de validade do Concurso Público será de 1 (um) ano, a partir da data de homologação em DOE, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Direção da Unidade de Ensino.
8. O candidato que aceitar as condições oferecidas, mas não entrar em exercício ou não entregar a documentação para formalizar a admissão, no prazo estipulado, terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no Concurso.
9. Em hipótese alguma será devolvido o valor pago pela inscrição, salvo em caso de cancelamento do Concurso.
10. Edital na íntegra encontra-se afixado nas dependências da Unidade de Ensino.
11. ANEXO I – A QUE SE REFERE O ITEM 1, DO CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS, DO EDITAL Nº 262/07/2017

CRONOGRAMA
1. Do período de Inscrição: 31/07/2017 à 14/08/2017
2. Do período provável para divulgação em DOE do Edital de Definitivo e Inscrição de Inscrições e Convocação para a Prova Escrita: DE 19/08/2017 À 23/08/2017
3. Do período provável para realização da Prova Escrita: DE 01/09/2017 À 08/09/2017
4. Do período provável da publicação em DOE do Edital de Resultado da Prova Escrita e Convocação para Prova de Méto-dos Pedagógicos: DE 11/09/2017 À 21/09/2017

5. Do período provável para realização da Prova de Métodos Pedagógicos: DE 22/09/2017 À 29/09/2017
6. Do período provável da publicação em DOE do Edital de resultado da Prova de Métodos Pedagógicos, Prova de Títulos e Classificação Final: DE 02/10/2017 À 13/10/2017
7. Do período provável da divulgação em DOE do despacho do Diretor de Escola Técnica homologando o Concurso Público: 14/10/2017 À 25/10/2017
8. Do período provável da publicação em DOE de Edital de Convocação: DE 31/10/2017 À 15/11/2017
9. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos encontram-se dispostos no Capítulo XIII do presente Edital.

ANEXO II – A QUE SE REFERE O CAPÍTULO II – DO EMPREGO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, DO EDITAL Nº 262/07/2017
ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO PÚBLICO QUE ALUDE O ARTIGO 93 DO REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS DO CEETEPS

1. Atender às orientações dos responsáveis pela Direção, pelos Serviços Administrativos, Acadêmicos e pela Coordenação de Curso, nos assuntos referentes à análise, planejamento, programação, avaliação, recuperação e outros de interesse do ensino;
 2. Colaborar com as atividades de articulação da Etec com as famílias e a comunidade;
 3. Colaborar nos assuntos referentes à conduta e ao aperfeiçoamento dos alunos;
 4. Comparecer às solenidades e reuniões de finalidade pedagógica ou administrativa, dos órgãos coletivos e das instituições auxiliares de que fizer parte;
 5. Cumprir os dias letivos e as horas-aula estabelecidas pela legislação e pela escola;
 6. Elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto polípedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS;
 7. Estabelecer com alunos, colegas e servidores um clima favorável à ação educativa e em harmonia com as diretrizes gerais fixadas pela Etec;
 8. Estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos;
 9. Informar os alunos, no início do período letivo, do plano de trabalho docente;
 10. Manter em dia os assentamentos escolares e observar os prazos fixados para encaminhamento dos resultados parciais e finais;
 11. Participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
 12. Preparar as aulas e material didático de apoio, bem como as atividades de recuperação;
 13. Zelar e conservar os materiais, as instalações e os equipamentos de trabalho que estão sob sua guarda ou utilização;
4. Zelar pela aprendizagem dos alunos.

ANEXO III – A QUE SE REFERE O ITEM 5, DO CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES, DO EDITAL Nº 262/07/2017
Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença desta Comissão Especial de Concurso Público, solicitar em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17/03/2010, a inclusão e uso do meu nome social, para todos os fins de tratamento relacionados ao Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico Edital nº 262/07/2017.
Nome Social: _____

Nestes Termos,
Peço deferimento.
_____, de _____ de _____
Assinatura do Requerente
Obs.: Este requerimento preenchido deve ser protocolado na Unidade até o último dia das inscrições.
ANEXO IV – A QUE SE REFERE O SUBITEM 6.3, DO ITEM 6, DO CAPÍTULO V – DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES, DO EDITAL Nº 262/07/2017
Eu, _____, portadora da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrita no CPF sob nº _____, venho, à presença desta Comissão Especial de Concurso Público, solicitar amamentar meu filho(a) durante a realização das provas do Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico Edital nº 262/07/2017.
E indico para guarda:
Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Nestes Termos,
Peço deferimento.
Em _____ de _____

Assinatura da Candidata
Obs.: Deverá entregar este requerimento devidamente preenchido e assinado juntamente com cópia da certidão de nascimento do lactente e do documento de identidade com foto do adulto responsável por sua guarda no decorrer das Provas.
ANEXO V – A QUE SE REFERE O SUBITEM 1.3 DO ITEM 1, E SUBITEM 2.1 DO ITEM 2, DO CAPÍTULO VII – DA REDUÇÃO OU ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, DO EDITAL Nº 262/07/2017
Declaro, sob as penas da Lei, para fins de Redução/isenção de taxa de inscrição no Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico Edital nº 262/07/2017, que:
Redução da taxa de inscrição (Nos termos da Lei 12.782, de 20/12/2007):
() percebo remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos;
() estou desempregado;
() sou aluno regularmente matriculado em qualquer curso sob os dispostos no Item 1 do Capítulo VII – Da redução ou isenção da taxa de inscrição, do Edital de Abertura de Inscrições.

Isenção da taxa de inscrição (Nos Termos da Lei Estadual 12.147, de 12/12/2005):
() doei sangue no mínimo 3 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses.
Estou ciente de que se acabo verifique má-fé de minha parte, a qualquer momento, será eliminado do Concurso Público e estará sujeito às penalidades previstas na legislação em vigor.
_____, de _____ de _____
Nome: _____ CPF: _____

Assinatura do Requerente
Obs.: O Requerente deverá protocolar este formulário, devidamente preenchido e assinado, juntamente com a documentação estabelecida no Capítulo VII do Edital de Abertura de Inscrições.
ANEXO VI – A QUE SE REFERE O ITEM 4, DO CAPÍTULO VIII – DAS INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, DO EDITAL Nº 262/07/2017
Eu, _____, portadora da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, venho, à presença desta Comissão Especial de Concurso Público, requerer a aplicação das Provas do Concurso Público Edital nº 262/07/2017 na forma ou condição específica abaixo descrita.
Descrição de ajudas técnicas ou condições especiais:

Nestes Termos,
Peço deferimento.
Em _____ de _____ de _____
Assinatura do Candidato

Obs.: O laudo médico juntamente com este anexo preen-chido deve ser protocolado na Unidade até o último dia das inscrições.
ANEXO VII – A QUE SE REFERE O ITEM 4, DO CAPÍTULO X – DAS PROVAS, DO EDITAL Nº 262/07/2017
COMPONENTE CURRICULAR
PROGRAMAS APLICADOS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO
PROGRAMAS DAS PROVAS
1. PPR – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – NR 9: modelo padrão de documento base; estrutura e desenvolvimento do PPR; análise, reconhecimento e avaliação dos riscos; estabelecimento de planos de ação; implantação das medidas de controle
2. PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – NR18: segurança na construção civil; áreas de vivência; atividades na construção civil; CIPA nas empresas da indústria da construção; comitês permanentes sobre condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção
3. PPR – Programa de Proteção Respiratória: Instrução Normativa nº 01 de 11-04-94 do TEM: objetivos e procedimentos administrativos e operacionais; seleção de respiradores e ensaios de vedação; treinamento, distribuição, inspeção, lim-pez e manutenção de equipamentos de proteção respiratória; monitoramento do uso e do risco
4. PCA – Programa de Conservação Auditiva: objetivos e atividades administrativas; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza Governo do Estado de São Paulo Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – CEP: 01208-000 – São Paulo – SP CNPJ: 62823257/0001-09 144 Página nº 65 - atividades de monitoração ambiental, educação e controle
5. PST – Programa de Segurança no Trabalho: plano de ações de prevenção; educação para o trânsito; direção defensiva; exemplos de aplicações práticas
6. Programa de Prevenção Rural – NR 31: SESTR, CIPATR, CANPATR; - agrotóxicos, ferramentas manuais, máquinas e implementos, secadores e silos, transporte de cargas, trabalho com animais, edificações rurais

ANEXO VIII – A QUE SE REFERE O ITEM 4, DO CAPÍTULO XII – DA CLASSIFICAÇÃO, CRITÉRIOS DE DESEMPATE, CONVOCACÃO E DA ADMISSÃO, DO EDITAL Nº 262/07/2017
DOCUMENTAÇÃO A QUE ALUDE O MANUAL DE RECURSOS HUMANOS
1. Currículo atualizado (simplificado);
2. Declaração de Situação Funcional (modelo fornecido pela Unidade);
3. Declaração de Acumulação de Cargo/Função, quando for o caso (modelo fornecido pela Unidade);
4. Declaração informando se possui ou não antecedentes criminais (modelo fornecido pela Unidade);
5. Declaração de Dependentes para fins de desconto do Imposto de Renda na Fonte (modelo fornecido pela Unidade);
6. Requerimento de Salário Família (modelo fornecido pela Unidade), e cópia da(s) Certidão(ões) de Nascimento;
7. Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos quando for o caso;
8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, apenas das páginas onde constam a identificação (frente e verso) e do último registro;
9. Cópia da Cédula de Identidade – RG;
10. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
11. Cópia do PIS/PASEP;
12. Cópia do Título de Eleitor e do comprovante de votação do 1º e 2º turnos da eleição do 2º turno desde que tenha havido ou declaração informando que está em dia com as obrigações eleitorais;
13. Cópia do Certificado Militar ou comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

14. Cópia da Carteira de Nascimento ou Casamento;
15. Cópia autenticada dos documentos que comprovem os requisitos constantes do Edital de Abertura de Inscrições (Diploma, ou na falta deste, o Certificado de Conclusão, registro no respectivo conselho, especializações, comprovante de experiência);
16. Cópia do comprovante do número da conta corrente do Banco do Brasil.
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR DOUTOR JOSÉ DAGNOMI – SANTA BARBARA D'ESTE
AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PRO-CESSO CEETEPS Nº 7.184-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41
CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 117/06/2017 - PROCESSO Nº 11338/2017 - CÓDIGO DO PORTAL Nº 5686
RETIFICAÇÃO DO DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA TÉCNICA DE 26/06/2017, Publicado no D.O.E. de 27/06/2017, Seção I – página 271.
ONDE SE LÊ:
Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico – Edital nº 117/06/2017 – Processo nº 1793/2017 – Código Portal nº 5686
LEIA-SE:
Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico – Edital nº 117/06/2017 – Processo nº 11338/2017 – Código Portal nº 5686
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – SÃO PAULO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS DA DELIBERAÇÃO CEETEPS 017, de 16/07/2015.
EDITAL Nº 0021/2016 – PROCESSO Nº 4043/2016 – CÓDIGO DO PORTAL Nº 4820
DESPACHO DO DIRETOR EM EXERCÍCIO DE FACULDADE DE TECNOLOGIA DE 20/07/2017
O Diretor em Exercício de Faculdade de Tecnologia da FATEC São Paulo, no uso das atribuições e competências conferidas por meio do artigo 10 da Deliberação CEETEPS 017/2015, de 16, publicada no DOE de 18/07/2015, PRORROGA, a partir de 25/08/2017, a validade do Processo Seletivo Simplificado na disciplina Sociedade e Tecnologia.
ETECDE APIAI, APIAI
PROCESSO SELETIVO DE DOCENTES, NOS TERMOS DO COMUNICADO CEETEPS Nº 12/009, E SUAS ALTERAÇÕES.
AVISO Nº 281/04/2017 de 29/08/2017. Processo nº 3370/2017
AVISO DE DEFERIMENTO E ENFERMIMENTO DE INSCRIÇÕES E CONVOCACÃO PARA AULA TESTE.
O Diretor de Escola Técnica da ETEC DE APIAI, faz saber aos candidatos abaixo relacionados o deferimento e enfermimento das inscrições e convoca para AULA TESTE, a ser realizada na ETEC DE APIAI, sala de aula na rua Tenente Bernardo Rodrigues Dias Martins, 480 – Centro Apiái-SP.
- Conforme disposto no item 9 do inciso III do Comunicado CEETEPS nº 1/2009, publicado no DOE de 31/01/2009, alterado pelo Comunicado CEETEPS nº 5/2009, o candidato convocado, entregará uma cópia do diploma formal, na ausência, cópia da certidão de conclusão de curso ou certificado/declaração de conclusão da formação superior registrada na ficha de inscrição. Os candidatos convocados observaram, também, as alíneas b e c do subitem 3.2 do inciso IV e o item 7 do inciso V dos Comunicados mencionados anteriormente.

1. Componente curricular: Técnicas Organizacionais (Administração).
Inscrição(ões) Diferenciada Nº _____ de Inscrição/ Nome/ RG
001/Pablo Eduardo Nappo Brisola/RG 47.432.832-6
002/Edson Reis de Almeida/RG 19.305.653-7
- Relação dos 03(três) temas para AULA – TESTE
1.- Técnicas de atendimento (presencial e a distância) ao cliente interno e externo: técnicas de arquivos de prosseguimento (follow up).
2. - Administração do tempo: conceitos e aplicação.



3. - Técnicas de atendimento (presencial e a distância) ao cliente interno e externo; Housekeeping
 Duração máxima da aula 15 min
 Data 03/08/2017. Horário 13h00
 Conforme Ato do Diretor de Escola Técnica designando a Comissão de Avaliação divulgado em 24/07/2017, a Comissão de Avaliação responsável pela Aula-Teste será composta pelos seguintes membros:
 Titulares:
 1. Gelson Sandro dos Santos Leandro, RG. 5.982.488, Coordenador de curso, presidente;
 2. Silvana Romano da Silva Santos, RG.: 22.753.099-8, professor de Ensino Médio e Técnico, Especialista
 3. Charles Andrei Fabri de Proença, RG.: 29.352.366-6, Professor de Ensino Médio e Técnico, grau A I
 Suplentes:
 1. Rafael de Miranda Ferreira, RG.: 24.226.868, Professor de Ensino Médio e Técnico, especialista
 2. Vanessa Cunha Madureira, RG.: 47.745.645-5, Professor de Ensino Médio e Técnico
 Grupo de componentes curriculares: Gerenciamento de Rotinas Administrativas (Recursos Humanos)
 Inscrição (ões) Deferida(s) N° de inscrição/ Nome/ RG
 001/Pablo Eduardo Nappo Brisola/RG 47.432.832-6
 002/Edson Reis de Almeida/RG 19.305.653-7 003/Jandira Remigio Oliveira Camargo/RG 32.461.019-1 Relação dos 03(três) temas para AULA - TESTE
1. - Programas de qualidade/ atendimento ao cliente – NBR ISO 10002:2004 – Gestão da Qualidade – satisfação do cliente, excelência no atendimento; o Housekeeping; o 5S's
 2. - Técnicas de arquivamento, suas fases e temporalidade;
 3. - Planejamento e organização do ambiente de trabalho/ layout,
- Duração máxima da aula 15 min
 Data 03/08/2017.
 Horário 13h00 Titulares:
 Gelson Sandro dos Santos Leandro, RG. 5.982.488, Coordenador de curso, presidente;
 Silvana Romano da Silva Santos, RG.: 22.753.099-8, professor de Ensino Médio e Técnico; Especialista
 Charles Andrei Fabri de Proença, RG.: 29.352.366-6, Professor de Ensino Médio e Técnico, grau A I
 Suplentes:
 Rafael de Miranda Ferreira, RG.: 24.226.868, Professor de Ensino Médio e Técnico, especialista
 Vanessa Cunha Madureira, RG.: 47.745.645-5, Professor de Ensino Médio e Técnico
 Grupo de componentes curriculares: Práticas de Competências Sociais (Recursos Humanos)
 Inscrição (ões) Deferida(s) N° de inscrição/ Nome/ RG
 002/Edson Reis de Almeida/RG 19.305.653-7 003/Jandira Remigio Oliveira Camargo/RG 32.461.019-1 Relação dos 03(três) temas para AULA - TESTE
- Conceitos de: • Atuação e comportamento diante de ocorrências de Assédio Moral e Sexual
 - Crise de imagem institucional: o ações corretivas e preventivas
 - Visagens de negócios: Transição de expatriados para uma cultura organizacional local
 Duração máxima da aula 15 min
 Data 03/08/2017.
 Horário 13h00 Titulares:
 Gelson Sandro dos Santos Leandro, RG. 5.982.488, Coordenador de curso, presidente;
 Silvana Romano da Silva Santos, RG.: 22.753.099-8, professor de Ensino Médio e Técnico; Especialista
 Charles Andrei Fabri de Proença, RG.: 29.352.366-6, Professor de Ensino Médio e Técnico, grau A I
 Suplentes:
- Rafael de Miranda Ferreira, RG.: 24.226.868, Professor de Ensino Médio e Técnico, especialista
 Vanessa Cunha Madureira, RG.: 47.745.645-5, Professor de Ensino Médio e Técnico
 FATEC PROF. WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO
 – TATUÍ
 PORTARIA DO DIRETOR DE FACULDADE DE TECNOLOGIA Nº 40, DE 17/07/2017
 O Diretor de Faculdade de Tecnologia da FATEC JOSÉ CRESPO GONZALES, designado nos termos do Despacho nº 033/2017 - URH, para responder pelo concurso público de Professor de Ensino Superior da FATEC PROF. WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO, com fundamento na alínea "a", do Inciso II, do Artigo 2º da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, designa para comporem, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, a Comissão Especial de Con-curso Público, em atendimento ao Decreto nº 60.449/2014 de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, responsável pela realização do concurso referente a disciplina FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA PARA AUTOMAÇÃO, do curso de Tecnologia em Automação Industrial:
- Titulares:
 - Rosana Benedito Padua Pinto, RG.: 12.661.541-x, Assis-tente Técnico Administrativo II;
 - Adriana Cristina de Barros, RG.: 25.117.788-9, Diretor de Serviço responsável pela Área Administrativa;
 - Valdelei Aleixo de Castilho, RG.: 28.323.800-8, Agente Técnico e Administrativo;
 Suplentes:
 - Juliana Oliveira Barros Squarzini, RG.:32.636.642-8, Chefe de Seção Administrativa;
 - Marlene da Silva Pinto Garcia, RG.: 15.751.395, Diretor de Serviço responsável pela Área Acadêmica;
 - Izabel Trita, RG.: 4.567.756-6, Agente Técnico e Administrativo
- ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR DOUTOR JOSÉ DAGNONI – SANTA BÁRBARA D'ESTE
 CONCURSO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – EDITAL Nº 117/06/2017 – PROCESSO Nº 1338/2017
 CÓDIGO DO PORTAL Nº 5686
 AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PROCESSO CEETEPS Nº 7.184-15 (SGP-178.338-16), PUBLICADA NO DOE DE 18/01/2017, SEÇÃO I, PÁGINA 41
 RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01, Publica-do no D.O.E. de 01/07/2017,
 Seção I – página 186
 ONDE SE LÊ:
 Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico
 – Edital nº 117/06/2017 – Processo nº 1793/2017 – Código Portal nº 5686
 LEIA-SE:
 Concurso Público de Professor de Ensino Médio e Técnico
 – Edital nº 117/06/2017 – Processo nº 1338/2017 – Código Portal nº 5686
 FATEC PROF. WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO
 – TATUÍ
 PORTARIA DO DIRETOR DE FACULDADE DE TECNOLOGIA Nº 41, DE 17/07/2017
 O Diretor de Faculdade de Tecnologia da FATEC JOSÉ CRESPO GONZALES, designado nos termos do Despacho nº 033/2017 - URH, para responder pelo concurso público de Professor de Ensino Superior da FATEC PROF. WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO, com fundamento na alínea "a", do Inciso II, do Artigo 2º da Portaria CEETEPS-GDS nº 914, de 14, publicada no DOE de 15/01/2015, republicada no DOE de 28/01/2015, designa para comporem, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, a Comissão Especial de Concurso Público, em atendimento ao Decreto nº 60.449/2014 de 15/05/2014, publicado no DOE de 16/05/2014, responsável

